

DESCRIÇÃO DO FUNDO ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1987- 1988

Vânia Lucia Alheiro Rosa¹

RESUMO: O aniversário de 30 anos da promulgação da Constituição brasileira, que ocorre em 2018, levou o Congresso Nacional a definir ações para comemorar a data. A Coordenação de Arquivo da Câmara dos Deputados, como detentora do fundo da Assembleia Nacional Constituinte, participa das comemorações tornando acessível ao público interessado sua documentação. Para isso, buscou apoio na teoria arquivística e nas normas de descrição propostas pelos conselhos Internacional e Nacional de Arquivos, além da utilização do sistema Atom para disponibilizar o acesso, de forma universalizada, aos interessados em contar a história de um momento importanteda história do Brasil. Este texto busca levar à comunidade arquivística as ações, estudos, dificuldades e soluções ligadas ao trabalho de descrição e divulgação desse acervo.

Palavras-chave: Constituição brasileira de 1988.Descrição arquivística. Ica-Atom.

DESCRIPTION OF THE FUND CONSTITUINTE NATIONAL ASSEMBLY OF 1987- 1988

ABSTRACT: Thirty years ago the Constitutional text was approved by the Brazilian National Constitution Assembly. Now, in 2018, the National Congress works to celebrate this date. The Archives and Records Management Coordination of the Chamber of Deputies from Brazil, has the documentation produced ongoing action of this National Constitutional Assembly, decided to make the information accessible for everyone interested to know about its work. To reach this goal, the Archive got support on archival theory, studying the description standarts, created by Brazilian Council on Archives and by the International Council of Archives, in addition to the application of Atom system. The idea is keep this archival documentation accessible to anyone who wants to study the Brazilian history. This text takes to archivists the actions, debates, difficulties and solutions about the archival description and publish of this holding.

Key-words: Brazilian Constitution. Archival description. Ica-Atom.

¹ Arquivista atuando na Coordenação de Arquivo da Câmara dos Deputados, com graduação em Arquivologia e História pela Universidade de Brasília (UnB) e especialista em Organização de Arquivos pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP). (vania.rosa@camara.leg.br)

1 INTRODUÇÃO

Com a proximidade das comemorações pelos 30 anos da promulgação da Constituição brasileira em vigor, e também pelo interesse que o processo constituinte tem despertado, a Coordenação de Arquivo da Câmara dos Deputados (COARQ) decidiu pela divulgação do seu acervo como um projeto estratégico.

O acervo textual da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) de 1987-1988 (Fundo AC 1987-1988) foi recolhido ao Arquivo Permanente da Câmara dos Deputados em 2001, já completamente identificado e organizado, possuindo descrição e instrumento de busca. Também fora higienizado e acondicionado em caixas-arquivo, dentro do padrão utilizado pela Câmara à época. Coube ao Arquivo Permanente levar essas informações a um maior número de interessados. Desde sua organização, o acervo sempre esteve à disposição de pesquisadores, com consultas sendo realizadas diretamente na documentação. O acesso aos documentos estava restrito àqueles com possibilidades de visitar o Arquivo da Câmara e realizar suas pesquisas.

Além do trabalho com o Fundo AC1987-1988, a Seção de Gestão do Arquivo Permanente (SEGAP) também está voltada ao atendimento e tratamento do acervo histórico da Câmara dos Deputados, bem como das constituintes anteriores, além de participar das discussões voltadas para as definições de políticas arquivísticas da Casa.

O primeiro projeto da SEGAP no sentido de descrever e disponibilizar na web conteúdos digitalizados de um fundo nos padrões internacionais utilizando o sistema ICA-AtoM foi o Fundo Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil de 1823, acervo detentor da nomeação “Memória do Mundo” oferecida pela Unesco em 2013. A disponibilização da descrição do Fundo AC1987-1988 almeja também essa candidatura.

Para a efetivação deste trabalho foram realizadas diversas ações técnicas. Ocorreram reuniões com técnicos das áreas de arquivo, de tecnologia da informação, historiadores e pesquisadores, elaborou-se diagnóstico da situação do acervo, buscou-se literatura específica e legislação. Problemas surgiram no início e no decorrer do trabalho, exigindo a busca da equipe por soluções, que foram oportunamente conquistadas.

O grande desafio da descrição do Fundo Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988 consiste em tratar e disponibilizar um acervo formado por documentos impressos, manuscritos, fotografias, vídeos e áudios.

Levar informações arquivísticas aos interessados é uma ação constante de um arquivo permanente e é desta forma que o Arquivo da Câmara dos Deputados atua.

2 OBJETIVO

A descrição arquivística é uma das principais ações de um arquivo permanente. A experiência com essa atividade pode e deve ser compartilhada com outras instituições. Pensando assim, a SEGAP procura levar à comunidade arquivística suas considerações, estudos, problemas e soluções relativos ao trabalho de descrição do Fundo AC 1987-1988.

Segundo Bellotto, é “função primordial dos arquivos permanentes ou históricos recolher e tratar documentos públicos, após o cumprimento das razões pelas quais foram gerados” (2004, p.23). Tais documentos deverão ser preservados e tornados acessíveis à sociedade. Para Bellotto “esses documentos são, na realidade, os mesmos de que se valerão os historiadores, posteriormente, para colherem dados referentes ao passado, já no recinto dos arquivos permanentes.” (2004, p.23)

Ao Arquivo da Câmara dos Deputados cabe divulgar seu acervo, atender pesquisadores, preservar e dar acesso generalizado a parte recente e importante da história do país. Deve proporcionar aos interessados a oportunidade de conhecer aqueles documentos significativos para a recuperação da história de uma sociedade. Da mesma forma deve trabalhar para garantir a preservação das informações arquivísticas. Essas atividades sempre foram pertinentes ao Arquivo Permanente da Câmara. O atendimento às pesquisas e visitas técnicas, a realização de exposições e a atualização dos instrumentos de pesquisa são atividades constantes da SEGAP.

Com a criação do software ICA-AtoM pelo Conselho Internacional de Arquivos (ICA) o Arquivo da Câmara dos Deputados entendeu ser importante a divulgação de seus acervos nesse formato, permitindo que o acesso aos fundos sob sua guarda, se torne mais abrangente. Deste então, o Arquivo trabalha para se adaptar a essa nova realidade.

3 A ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE

3.1 HISTÓRICO DOS TRABALHOS DA CONSTITUINTE

A Assembleia Nacional Constituinte(ANC) surgiu da necessidade de reorganização do Estado brasileiro após a abertura política, sendo um compromisso assumido pelo grupo político que assumia o poder, durante a transição democrática pela qual passava o país. Como dito por Oliveira sobre a ANC

Ao par de produzir momento único na vida nacional, reunindo as mais diversas correntes do pensamento nacional em torno dos grandes temas de interesse da sociedade brasileira, produziu vastíssimo material, que, certamente, servirá de referência para inúmeros debates, estudos e investigações (ANC, 1993, p.9).

Em 1985 o presidente Sarney convoca uma Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, conhecida como Comissão dos Notáveis ou Comissão Afonso Arinos, composta por 50 membros indicados pelo presidente da República, para elaborar pesquisas e estudos visando contribuir com o texto constitucional.

No dia 15 de novembro de 1986 ocorrem as eleições para os deputados e senadores, escolhidos também para participar da elaboração da nova carta constitucional, totalizando 559 constituintes, sendo 487 deputados e 49 senadores, e mais 23 senadores eleitos em 1982.

Em fevereiro de 1987 o Congresso se reúne, então, como uma assembleia constituinte, com representantes eleitos por todos os estados da federação, também os do Distrito Federal, em sua primeira eleição. Havia interesse de alguns setores da sociedade para convocação de eleições para uma constituinte exclusiva. Contudo, aquela eleição escolheu representantes para um congresso constituinte, onde seus membros acumulavam as funções de congressistas e constituintes.

Apesar de haver o anteprojeto já elaborado para iniciar as discussões, os parlamentares optaram por não utilizarem nenhum outro texto como base para elaborar a Constituição.

Os trabalhos foram divididos em oito comissões temáticas, com três subcomissões. As subcomissões se reuniam, com prazo determinado, para elaborar artigos dentro de seu tema específico e finalizavam os trabalhos aprovando seu anteprojeto, que era encaminhado à respectiva comissão. Esta, então, se reunia para discutir os três anteprojetos das suas subcomissões e elaborava o seu anteprojeto. Dentro do que determinava o Regimento Interno da ANC, os oito anteprojetos foram reunidos em um novo texto, agora no âmbito da Comissão de Sistematização. A primeira versão, com todos artigos compondo um único texto foi apelidado de “Anteprojeto Frankenstein”. Após diversas reuniões e discussões, onde os artigos foram enxugados, surge o texto definitivo da Constituição.

É sabido que, por pressões políticas do “Centrão”, grupo político reunido informalmente e bastante atuante na constituinte, houve alteração do Regimento Interno no decorrer dos trabalhos de sistematização do texto constitucional. Todas essas ações estão refletidas na documentação do Fundo AC 1987-1988. Conhecer a legislação e o contexto histórico do fundo é essencial para o trabalho de descrição documental.

Como dito anteriormente, esta foi uma constituinte congressual, não exclusiva. Pela manhã Câmara e Senado conduziam seus trabalhos normalmente, ou seja, trabalhavam separadamente. No período da tarde havia a reunião das duas casas em Assembleia Constituinte, com os trabalhos seguindo até à noite. As estruturas físicas das duas casas foram utilizadas, bem como os setores administrativos. Os servidores de ambas atuavam nos trabalhos da Constituinte. Isso mostrou como as atividades da Assembleia Constituinte e os da Câmara e do Senado se confundiram em alguns momentos, refletindo na produção documental de suas atividades meio e fim.

3.2 ORGANIZAÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL

Após a conclusão dos trabalhos de elaboração do texto constitucional, houve a criação de grupo de trabalho responsável por organizar a documentação. Com o conhecimento dos trabalhos da constituinte e da sua documentação, o grupo optou por organizar o acervo refletindo a forma como os trabalhos foram conduzidos. A documentação está organizada por comissões e subcomissões temáticas, pelas comissões de Sistematização e de Redação e agrupados pelos setores administrativos criados para apoiar os trabalhos da Constituinte, como por exemplo a Secretaria Geral da Mesa da ANC e a Presidência da Constituinte, entre outros.

A ampla divulgação dos trabalhos foi um ponto de preocupação da Mesa da ANC. O Regimento Interno (Resolução nº 2/1987) determinou como deveria ser tratada a publicidade dos trabalhos da ANC:

Art 75 Fica criado, junto à Mesa, o Serviço de Divulgação, com a finalidade de promover, através dos meios de comunicação social, a divulgação das atividades da Assembleia Nacional Constituinte.

§1º O Serviço de Divulgação utilizará, para o cumprimento de suas finalidades, a estrutura e o pessoal da Secretaria de Divulgação e Relações Públicas do Senado Federal e da Assessoria de Divulgação e Relações Públicas - ADIRP da Câmara dos Deputados.

§2º Cabe ao Serviço de Divulgação:

(...)

IV - organizar, com apoio dos órgãos oficiais, gravação e arquivamento, de som e imagem, dos debates e decisões principais do Plenário e das Comissões, conforme instrução da Mesa, fornecendo, sem ônus para a Assembleia, cópias aos partidos políticos que requerirem e destinando os originais ao arquivo da Assembleia Nacional Constituinte

Coube à Empresa Brasileira de Rádio Difusão (Radiobrás) e a Empresa Brasileira de Notícias (EBN), com apoio dos serviços de divulgação, a realização de programas diários para divulgação à sociedade das atividades da Assembleia. Daí surge o Diário da Constituinte. Além deste, a Assembleia também produziu a Voz da Constituinte, com pequenos programas que entravam diariamente após a Voz do Brasil, o Jornal da Constituinte e o Boletim da Constituinte. Hoje todo esse material compõe o fundo AC 1987-1988.

Isso mostra como a ANC se preocupou em garantir a publicidade de seus trabalhos, proporcionando o conhecimento de suas atividades pela população.

3.3 A DOCUMENTAÇÃO

É possível sintetizar o conteúdo dos documentos tomando por base a descrição encontrada no “Inventário do Arquivo de Originais da Assembleia Nacional Constituinte” (p.I) que afirma ser

seu acervo composto por documentos produzidos e recebidos pela Assembleia, desempenhando suas atividades regimentais, nos trabalhos em Plenário, Comissões, Subcomissões e Mesa, e também por documentos acumulados nos gabinetes dos membros da Mesa Diretora, da Secretaria-Geral da Constituinte e nos demais órgãos de apoio à ANC. Além disso, compõem o acervo os documentos produzidos ou recebidos por setores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal enquanto desempenhavam atividades relacionadas à Constituinte (ANC, 1993, p. I).

O acervo está distribuído em 2708 caixas arquivo, compondo 300 metros lineares de documentos (suporte papel), e mais 1170 unidades de documentos impressos, 30.000 fotografias/fotogramas e 763 programas “Diário da Constituinte”. Além de 212 mil registros eletrônicos, entre emendas e projetos.

Vários documentos fizeram parte do processo de elaboração do texto constitucional. Encontramos anteprojetos, substitutivos, projetos-A, B e C, emendas, sugestões, atas, pareceres, relatórios. As comissões e subcomissões tinham atribuições idênticas, mudando, apenas, os temas discutidos e os períodos de trabalho. Ou seja, produziram, basicamente, os mesmos tipos de documentos.

3.4 HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO DO ACERVO

Diversas ações surgiram para garantir o tratamento e preservação das informações referentes à ANC. O Ato da Mesa nº 4 de 1987 criou o grupo de trabalho responsável pela

organização dos arquivos gerados pelos trabalhos da Assembleia Constituinte. O Ato da Mesa nº 30 de 1988 estabeleceu as diretrizes para assegurar a preservação e a divulgação dos documentos e informações oriundos das atividades constituintes. Por esses atos, o Presidente da ANC determinou a participação da COARQ no tratamento do acervo. Entre 1990 e 1992 o grupo de trabalho organizou a documentação textual e recolheu ao Arquivo Histórico da ANC, garantindo a preservação e o acesso a suas informações. Os demais documentos receberam tratamento diferente e foram mantidos no arquivo intermediário, onde estão aguardando recolhimento.

O grupo de trabalho encarregado de organizar a documentação definiu como o acervo seria estruturado, organizou os documentos dentro dessa estrutura e elaborou a descrição, encontrada no inventário do acervo. A forma de organização remete à estrutura de trabalho da Assembleia, conforme apresentado em seu Regimento Interno (Resolução nº 2 de 1987).

O trabalho em desenvolvimento neste momento nesse acervo exigiu estudo de seu conteúdo, seu contexto histórico e a análise do tratamento arquivístico empregado à época. Com isso, foi realizado diagnóstico para conhecer a realidade de todo o acervo, não somente os documentos textuais, e definir as atualizações necessárias. Parte desse levantamento ocorreu em 2008, com a realização do “Projeto de Modernização do Arquivo Histórico da Assembleia Nacional Constituinte 1987-1988”, no âmbito das comemorações dos 20 anos da ANC. As práticas arquivísticas estão em constante mudança, com suas teorias relacionadas sendo questionadas e repensadas. Desta forma, cabe ao arquivo atualizar suas ações para otimizar o atendimento aos interessados.

O grande desafio deste trabalho é complementar o tratamento de todo o acervo que compõe o Fundo, ou seja fotos, áudio e vídeos, aplicando tratamento único de arranjo e descrição.

4 DESCRIÇÃO DO FUNDO AC1987-1988

O grupo de trabalho, na organização do acervo, elaborou um inventário com descrição sumária da documentação textual. Os acervos formados por áudio, vídeo e fotografias foram descritos em base de dados específica. Com estes instrumentos, os arquivos Intermediário e Permanente realizavam seus atendimentos.

4.1 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DO ACERVO

Em 2008, como comemoração pelos 20 anos da Constituinte, diversos trabalhos foram produzidos, dentre eles a descrição do nível fundo, seguindo o que é proposto pela Nobrade. Pelo Portal da Câmara (<http://www2.camara.leg.br/>) é possível acessar o Portal da Constituinte (<http://www.camara.gov.br/internet/agencia/infograficos-html5/constituente/index.html>), onde as informações estão disponibilizadas. Lá pode-se encontrar a descrição do fundo, os Diários e os documentos impressos publicados. Vale lembrar que, grande parte desse acervo já estava disponível para consulta em forma impressa, com a publicação das discussões e do conteúdo de diversos documentos.

A equipe da SEGAP realizou estudo da documentação, do inventário e do diagnóstico da organização do acervo, elaborado há 10 anos. Recentemente, como parte do trabalho de descrição e divulgação dessa documentação no ICA-AtoM, a equipe trabalhou para atualizar esse diagnóstico, visando a modernização da descrição do acervo.

4.2 O FUNDO

A documentação esteve sob a guarda do arquivo intermediário da Câmara até 2001, quando foi recolhida ao Arquivo Permanente. O mesmo entendimento empregado para o acervo das assembleias constituintes brasileiras anteriores, também sob a guarda permanente do Arquivo da Câmara dos Deputados, a documentação da ANC foi considerada um fundo fechado.

Sustentando esse entendimento, utilizando conceitos teóricos apresentados por Barbosa

A adoção do princípio da proveniência nos encaminha para a necessidade de definição do sujeito criador do fundo de arquivo: quem é o criador do fundo de arquivo? Esse questionamento parece simples e, para alguns, descabido, mas quando se entende a organização, a instituição ou entidade como algo dinâmico, que nasce, cresce, se modifica, se extingue ou se transforma, aquela pergunta se torna tempestiva.

Michel Duchein foi quem conseguiu melhor defender e sistematizar a aplicação do princípio de respeito aos fundos, pois como afirma Lopes (1996, p.69), ele ligou firmemente sua concepção de fundo de arquivo à existência jurídica, administrativa e estrutural da organização (BARBOSA, 2007, p. 123).

Michel Duchein foi quem conseguiu melhor defender e sistematizar a aplicação do princípio de respeito aos fundos, pois como afirma Lopes (1996, p.69), ele ligou firmemente

sua concepção de fundo de arquivo à existência jurídica, administrativa e estrutural da organização (BARBOSA, 2007, p. 123).

A SEGAP estabeleceu critérios para determinação de fundos, conforme preconiza a teoria arquivística, apresentada na obra de Michel Duchein. Nessa linha, de acordo com os cinco critérios para determinação de um fundo, a ANC encaixa-se em:

Crítérios	ANC 1988
1) Denominação e existência jurídica próprias, resultantes de lei, decreto, resolução, etc. preciso e datado;	Emenda Constitucional nº 26/1985
2) Deve possuir atribuições específicas e estáveis, legitimadas por um texto dotado de valor legal ou regulamentar;	Resolução da ANC nº 1 de 06/02/1987, Resolução da ANC nº 2 de 24/03/1987, Regimento Interno da ANC, Resolução da ANC nº 3 de 05/01/1988
3) Posição hierárquica administrativa deve estar definida com exatidão pelo ato que lhe deu origem; em especial, sua subordinação a outro organismo de posição hierárquica mais elevada deve estar claramente estabelecida;	
4) Deve ter um chefe responsável, em pleno gozo do poder decisório correspondente a seu nível hierárquico. Capaz de tratar de assuntos de sua competência sem precisar submetê-los, automaticamente, à decisão de uma autoridade superior;	Eleito na 2ª sessão da ANC em 02/02/1987, publicada no DANC de 03/02/1987
5) Sua organização interna deve ser, na medida do possível, conhecida e fixada num organograma.	Regimento Interno aprovado pela Resolução da ANC nº 2 de 24/03/1987

Mesmo não se enquadrando completamente nos cinco critérios, essa definição mostrou-se suficiente para corroborar o entendimento de que a documentação da ANC compõe um fundo.

A ANC tem atribuições claras, como um organismo de funcionamento independente. Compõe um fundo de arquivo independente. De acordo com Duchein “todo organismo que possuir existência jurídica e nível de competência próprios produz um fundo de arquivos, mesmo estando subordinado a outro organismo de nível superior” (1986, p.21). Não parece ser o Congresso um organismo maior, mas sua estrutura de funcionamento permitiu que as

atividades da Assembleia Constituinte ocorressem como previsto em Emenda Constitucional. O fundo ANC, desta forma, possui quase exclusivamente, documentação da área fim. As atividades meio foram exercidas pelas duas casas, quando emprestavam, por exemplo, suas estruturas físicas e seu pessoal.

4.3 NORMAS DE DESCRIÇÃO

São várias as normas propostas pelo ICA e pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) para auxiliar o trabalho de descrição de um acervo arquivístico e publicação no Atom. Para o trabalho com o fundo AC1987-1988 a SEGAP utilizou:

- Norma geral internacional de descrição arquivística (ISAD(G));
- Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico (ISDIAH);
- Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias (ISAAR (CPF); e
- Norma brasileira de descrição arquivística (NOBRADE).

A equipe do arquivo permanente da Câmara compreendeu a importância da utilização das normas de descrição.

A ISAD (G), exatamente por pretender ser internacional, aplicável a todos os tipos de materiais arquivísticos, utilizável tanto em sistemas manuais quanto automatizados de descrição, tem um alto grau de generalidade, definindo a macroestrutura da descrição, deixando a definição quanto a procedimentos específicos para outras esferas de decisão, nacionais ou internacionais. Daí a insistência do CND [Comitê de Normas de Descrição] sobre a necessidade de normas nacionais e, conseqüentemente, a necessidade de cada país refletir sobre sua realidade e criar normas próprias (NOBRADE, 2006,p. 8).

Após a publicação da ISAD(G), o Arquivo da Câmara se preocupou em conhecer e empregar a norma na descrição de seu acervo. Ocorreram diversas reuniões com profissionais, discussões entre os técnicos e participação em eventos. Da mesma forma, a equipe buscou compreender também sua versão nacional, a NOBRADE, proposta pelo CONARQ. Nesse sentido, o Arquivo Permanente da Câmara dos Deputados trabalha na adaptação do ICA-Atom às recomendações da norma brasileira, para emprego em seu acervo.

Estudando a ISAD(G) e a Nobrade, e conhecendo os requisitos para utilização das normas para descrição de seu acervo, o Arquivo da Câmara dos Deputados buscou, junto ao Arquivo Nacional, seu código de identificação da instituição, conforme define a ISDIAH.

A ISAAR(CPF), norma para o registro de autoridade, exigiu atenção da equipe do Arquivo para compreender suas definições e a forma de emprego no acervo da Câmara.

O ICA-AtoM, proposto pelo ICA, sendo um sistema automatizado, facilita a consulta às informações relativas a acervos arquivísticos, levando de forma padronizada, a descrição desses acervos para os interessados, em qualquer parte do mundo. Tendo conhecimento das normas de descrição e sua aplicação em acervos arquivístico, a divulgação no ICA-AtoM torna-se fácil e rápida.

4.4 ICA-ATOM

A partir do entendimento do Atom, o Arquivo da Câmara dos Deputados tratou de descrever seus acervos nesse sistema. O primeiro fundo descrito utilizando esse formato de divulgação foi o da Assembleia Nacional Constituinte e Legislativa do Império do Brasil de 1823. Trata-se de um fundo com documentação relativa aos trabalhos da primeira assembleia constituinte brasileira. O trabalho de descrição foi concluído ainda nos anos 1990 e a equipe da SEGAP tratou de adaptar essa descrição às exigências das normas. Isto feito, as informações foram incluídas no ICA-AtoM, juntamente com as imagens digitais dos documentos. Hoje, esse acervo está disponível para acesso no site do Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados (arquivohistorico.camara.leg.br). Lembrando que, com a descrição modernizada e acessível, foi nominada pela Unesco como Memória do Mundo. A partir da experiência de 1823, com o sistema já instalado e o conhecimento adquirido, passamos a trabalhar com o ICA-AtoM para o fundo ANC 1988.

O ICA-AtoM permite diferentes utilizações, ficando a critério da equipe a forma como as informações são inseridas. Pela complexidade e tamanho do acervo da ANC, num momento inicial, optou-se pelo preenchimento apenas dos campos obrigatórios do sistema, com o preenchimento de outros campos, não obrigatórios, conforme a necessidade percebida pelos técnicos, para melhor entendimento da documentação.

Vale esclarecer que a denominação “Grupo” foi uma adaptação pensada pela equipe, para evitar confusões com a descrição. O termo “Seção”, apesar dos diferentes sentidos e grafias, é muito utilizado no trabalho diário da Câmara dos Deputados. Há as seções como divisão de atividades e espaço físico, também as seções legislativas, que são cronológicas,

correspondendo a cada ano de trabalho de uma legislatura, e também as sessões plenárias. Achamos por bem não criar mais uma. Mesmo sabendo que a recomendação é a não utilização do termo Grupo, decidiu-se pela utilização na descrição do acervo.

5 DIFICULDADES E SOLUÇÕES

A elaboração do quadro de arranjo exigiu estudo e análise por parte da equipe do Arquivo. Foram várias discussões até chegar ao modelo adotado. Diversas dúvidas também surgiram, sendo solucionadas ao longo das reuniões e discussões.

A estrutura organizacional da ANC está presenteem seu Regimento Interno, quando refere-se aos trabalhos divididos em comissões, subcomissões, sistematização e redação. Contudo, a ANC possui outras atividades, visíveis na documentação. O fato dos trabalhos da Assembleia utilizarem a estrutura e o pessoal das duas Casas foi um complicador para a descrição. Porém, ao se debruçar sobre a documentação, foi possível separar cada função.

Para a descrição multinível, proposta pelas normas ISAD(G) e NOBRADE, vários estudos foram feitos para a definição do quadro de arranjo dessa documentação. Após várias discussões, o melhor formato encontrado foi aquele que reflete, no quadro de arranjo, a forma como a documentação estava organizada e disposta no inventário, seguindo o Regimento Interno e agrupando atividades. Por decisão dos técnicos, o arranjo é apenas intelectual, não havendo alteração na estrutura física da documentação.

Com todas as informações reunidas, definido o quadro de arranjo e decidido pela utilização do ICA-AtoM, partiu-se para a estruturação das informações.

O acervo audiovisual compôs outra discussão. Pertenciam ainda ao arquivo intermediário. Cabia a este o atendimentoàs consultas e a procura sempre foi constante. A documentação possuía uma descrição sumária, com detalhamento fornecido durante a transferência. Era preciso buscar mais informações e também decidir como descrever essa parte do acervo.

Com relação às fotografias, o Arquivo buscou o auxílio de servidores que atuaram na captação das imagens dos trabalhos da Constituinte. Alguns estão colaborando na identificação das imagens, fornecendo informações relevantes sobre a documentação. Com isso, essas imagens serão inseridas no ICA-AtoM e descritas.

Vários fundos podem ser descritos no ICA-AtoM. Ele trabalha com outras bases, como a de registro de autoridades. Esse registro pode ser comum a todos os fundos descritos. No momento da elaboração desses registros, o técnico deve ter isso em mente. Essa

informação pode ser utilizada em diferentes fundos. No caso do Arquivo Histórico, o trabalho atual está voltado para a descrição do fundo AC1987-1988. Contudo, a que se elaborar a descrição do fundo Câmara dos Deputados, com documentos acumulados a partir de 1826 até os dias atuais. Desta forma, alguns produtores de documentos estão presentes nos dois fundos. Portanto, a descrição do registro de autoridade deve levar em conta essa situação.

Percebe-se que diversas situações vão surgindo ao longo do desenvolvimento do trabalho, exigindo estudo e dedicação dos técnicos para chegar ao formato mais apropriado para a descrição e divulgação do acervo.

6 HISTÓRIA ORAL

Durante o processo de descrição do acervo, algumas dúvidas surgiram. Uma forma de solucionar esses problemas foi recorrer à história oral. O contato com servidores e ex-servidores que, de alguma forma, trabalharam durante o processo constituinte, permitiu aprofundar o conhecimento sobre a documentação.

As entrevistas realizadas pelo programa de história oral também fazem parte das comemorações dos 30 anos da Constituição. Os entrevistados atuaram em atividades administrativas, dando suporte aos trabalhos dos constituintes, e no acompanhamento e divulgação dessas atividades, como jornalistas e fotógrafos, fazendo a cobertura dos trabalhos.

Entrevistas com parlamentares constituintes, para o programa de história oral, fizeram parte também das comemorações pelos 20 anos da Constituição, em 2008. Da mesma forma, contribuíram com informações sobre o acervo.

É intenção do Centro de Documentação e do Arquivo da Câmara dos Deputados a divulgação dessas entrevistas, tanto as referentes às comemorações dos 20 como as dos 30 anos, para levar as informações relativas à Assembleia Constituinte de 1987-1988 para o público interessado, e também permitir que mais pessoas conheçam os trabalhos desenvolvidos durante o processo de elaboração do texto constitucional.

7 PESQUISAS NO ACERVO

Esse acervo tem despertado, desde a promulgação da Constituição, o interesse de pesquisadores, no Brasil e no exterior. São estudantes de graduação e pós, professores, historiadores, jornalistas e advogados, em sua maioria. É principalmente para esse público que

o trabalho da descrição e divulgação no ICA-AtoM é dedicado. Disponibiliza essa documentação universaliza o acesso a essas informações.

8 CONCLUSÃO

As atividades de um arquivo permanente não devem ser entendidas como estanque. Levar aos interessados as informações históricas, permitindo que a sociedade conheça seu passado deve ser uma constante num arquivo histórico. Pensando nisso, o Arquivo da Câmara dos Deputados trabalha para atualizar seus mecanismos de descrição, facilitar a busca e garantir o acesso ao acervo sob sua guarda.

Devido a importância que a documentação do fundo AC 1987-1988 desperta, o Arquivo da Câmara dos Deputados tem a preocupação de levar suas informações ao público interessado. E sua equipe está constantemente buscando se capacitar e modernizar as técnicas e práticas arquivísticas visando tal objetivo.

O surgimento do ICA-AtoM levou a equipe a buscar informações e empregar esse conhecimento na documentação. Muito foi discutido e estudado até chegar ao formato considerado adequado para divulgação do acervo. Contudo, como já dito, a teoria arquivística se moderniza e o trabalho do arquivo permanente segue esse pensamento.

O acervo do Fundo Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 é uma fonte de informações importantes para recontar a história do Brasil. E o Arquivo atua para que mais pesquisadores tenham acesso a essas fontes e produzirem conteúdo.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Cícero. **O processo constituinte brasileiro, a transição e o Poder Constituinte**. São Paulo, 2013.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. **Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte**: Resolução nº 2 de 24 de março de 1987. Brasília: Câmara dos Deputados, 1987.

DICIONÁRIO Histórico Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/assembleia-nacional-constituente-de-1987-88>>. Acesso em: 29 de maio de 2018.



DICIONÁRIO de terminologia arquivística. Coord. Ana Maria de Almeida Camargo, Heloísa Liberalli Bellotto. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. In: **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, 1986, abr./ago. p.14-33.

OLIVEIRA, Mauro Márcio. **Fontes de informações sobre a Assembléia Nacional Constituinte de 1987**: quais são, onde buscá-las e como usá-las. Brasília: Senado Federal, 1993.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa. A classificação como função matricial do fazer arquivístico. In: **Arquivística**: temas contemporâneos, Distrito Federal: SENAC, 2007. p.77-172.